

Profissionais reafirmam apoio às atuais lideranças e elegem chapa completa

Confira nesta edição!



ALERTA NA MÍDIA

Projeções climáticas
de Joni Matos Incheглу
ganha destaque nacional

Pág. 08

CONFEA

Eng. Ana Adalgisa
segue no comando da
autarquia federal

Pág. 11

TECNOLOGIA

Brasil lança primeira
turbina a gás movida a etanol
para geração de energia elétrica

Pág. 27

EXPEDIENTE

DIRETOR EXECUTIVO
 José Elias Fernandes Abul Hiss

SECRETÁRIA
 Sônia Assis

CONSELHO DELIBERATIVO

 Adauto Charles Perazza (fundador)
 Antonio Paulo R. Sapata Ferraz (fundador)
 Augusto Camargo Neto
 Gilberto Machado Giardino
 Luiz Alberto de Araujo Costa (fundador)
 Marco Antônio Sabino

CONSELHO CONSULTIVO / 2025 - 2027

 Alexandre dos Santos Russo
 Ana Luiza Patriota Araujo Costa
 Carlos Antônio Dias Passos
 Fabiano Guedes
 Guilherme Leme Perazza
 Henrique Gudin Filho
 Joni Matos Inche glu
 Luiz Dias Patricio Junior
 Marcelo Corio
 Roberto Octávio D. Rodrigues Neto
 Rodrigo Cordaro
 Walter Roberto Luca Braga

CORRESPONDÊNCIA

 Comentários, sugestões e críticas
 Alameda Santos, 1909 - 4º andar
 Cerqueira César - CEP 01419.002
 São Paulo - SP
 Telefone: 55 11 5080-9557
 Site: www.apemec.com.br
 Email: apemec@apemec.com.br
 Facebook: /apemec
 Instagram: apemec_oficial

ASSINANTE

 Cadastre seu e-mail pelo nosso site
 e receba nossos informativos

PRODUÇÃO

 Ideias Comunicação
 Criação, Projeto Gráfico e Diagramação
 Telefone: (12) 55 99146-9231
 Email: ideias_com@hotmail.com
 Jornalista Responsável
 Ricardo Pimentel - Mtb 19.123

 Os conceitos emitidos
 em artigos, matérias e entrevistas
 são de responsabilidade dos autores e
 entrevistados e podem não representar o
 posicionamento da APeMEC - SP

 A revista eletrônica **APeMEC**
 é um produto editorial de distribuição gratuita
 via redes sociais para empresas associadas,
 colaboradores e estudantes

APOIO

4 Editorial
Elias Hiss

 Entre conquistas e
 eleições, o momento
 pede reflexão sobre
 nossas escolhas


GIRO APeMEC

Veja na Pág. 6

 Nesta editoria apresentamos obras
 previstas para o estado de São Paulo e
 diferentes regiões do Brasil


TARIFAS NORTE-AMERICANAS

 Novas tarifas de 25% e 12,5% sobre exportações
 e os possíveis reflexos na construção civil brasileira

 Saiba mais
 na pág. 13

MASTERCLASS

Confira na Pág. 18

 Especialista Eduardo Marcatto
 realiza mais um curso sobre NR-1


MANIFESTO

 Associação da Indústria de Máquinas
 manifesta preocupação com tarifas
 impostas pelos Estados Unidos

 Leia na
 pág. 20

CAPACITAÇÃO

Pág. 22

 Novas leis, normas e os impactos jurídicos,
 contábeis e tributários para a construção civil foram tema
 de curso realizado pela Dra. Martelene Carvalhaes


PODCAST

 João Alexandre Paschoalin Filho
 foi o entrevistado por Elias Hiss
 sobre Cidades Inteligentes

 Leia na
 pág. 24

CURTAS CREA-SP

Confira na pág. 26

 As principais ações, realizações, encontros
 reuniões promovidas pela autarquia paulista

**PASSE PARA UM CAFEZINHO
 E CONECTE-SE NA APeMEC**

 Associados, profissionais e estudantes das engenharias,
 o CreaLab Coworking da APeMEC está à sua disposição. Traga seu notebook e utilize
 estações de trabalho, acesso à internet e sala de reunião. Tudo com conforto e o cordial
 cafezinho. Aproveite o espaço, afinal foi feito para você.


FAÇA SEU AGENDAMENTO

www.apemec.com.br/crealab/ | www.coworking.creasp.com.br/coworking/

WhatsApp 11 5080-9555

O ano em que as escolhas definem o Brasil

Entre eleições institucionais, celebrações e desafios nacionais, 2026 reforça o valor da participação democrática e a responsabilidade de cada eleitor nas decisões que definirão o futuro do país

O segundo semestre de 2026 reserva ao país um compromisso maior do que qualquer resultado esportivo ou disputa institucional: em outubro, os brasileiros voltam às urnas para eleger presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. É desse processo — e da responsabilidade que ele exige de cada eleitor — que trata, principalmente, este editorial.

Antes disso, porém, maio trouxe um motivo de celebração para a categoria. No dia 19, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP) completou 92 anos de história, acompanhando as transformações de São Paulo e contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Pouco mais de um mês depois, no dia 3 de julho, mais de 140 mil profissionais do Sistema Confea, Crea e Mútua exerceram um dos direitos mais importantes de qualquer instituição representativa: escolher seus próprios dirigentes. Em São Paulo, a vitória da chapa completa renovou a confiança no trabalho conduzido por Lígia Mackey no Crea-SP e por Vinicius Marchese no Confea, somando-se à vitória da chapa completa na Mútua. Eleições — em qualquer esfera — são feitas de escolha, participação e confiança. Por isso, celebramos: viva a democracia.

No campo esportivo, o país viveu também uma decepção: no dia 5 de julho, o Brasil foi derrotado por 2 a 1 pela Noruega e se despediu da Copa do Mundo. Fica a torcida para que a Seleção volte mais forte em 2030 — mas é natural que esse capítulo, por mais que tenha mobilizado o país, não seja o que definirá o rumo dos próximos anos.

O que de fato terá peso duradouro sobre a vida de todos os brasileiros começa a se desenhar em outubro. No dia 4, elegemos deputados Estaduais, Distritais e Federais, senadores, governadores e o presidente da República. Havendo segundo turno para presidente e governador, a votação complementar ocorre em 25 de outubro.

Sem qualquer viés partidário, entendemos que o critério mais relevante para essa escolha deve ser a qualidade das propostas apresentadas ao país, e não promessas, símbolos ou disputas pessoais. Interessam projetos concretos de estabilidade política, capazes de reduzir a instabilidade institucional que tanto encarece o custo de investir e empreender no Brasil. Interessa o compromisso com o crescimento econômico sustentado, gerador de emprego e renda. Interessa o controle responsável das contas públicas, condição para juros mais baixos e para a credibilidade do país no cenário internacional. Interessa, também, o

investimento sério em cultura e educação, caminhos indispensáveis para qualificar o povo brasileiro para os desafios do futuro. E interessa a segurança jurídica: a garantia de que contratos, direitos e regras sejam respeitados, independentemente de quem esteja no poder.

Nesse cenário, a engenharia também busca ampliar sua presença no debate público. O presidente reeleito do Confea, Vinicius Marchese, anunciou sua pré-candidatura a deputado Federal pelo PSD — participação que coloca em discussão, para toda a categoria, temas ligados à engenharia, infraestrutura, inovação e desenvolvimento do país.

Até lá, o calendário eleitoral segue seu curso. Entre 20 de julho e 5 de agosto, partidos e federações realizam suas convenções para a escolha dos candidatos. A propaganda eleitoral começa em 16 de agosto e o horário gratuito de rádio e televisão será veiculado de 28 de agosto a 1º de outubro — havendo segundo turno, entre 9 e 23 de outubro.

Não há espaço, nesse processo, para omissão ou indiferença. Cada eleitor tem a responsabilidade de estudar as propostas, avaliar o histórico e a coerência dos candidatos e votar com discernimento. O resultado que ajudaremos a construir em outubro terá reflexos não apenas no próximo governo, mas nos próximos anos e no futuro do país.



“O que de fato terá peso duradouro sobre a vida de todos os brasileiros começa a se desenhar em outubro. No dia 4, elegemos deputados Estaduais, Distritais e Federais, senadores, governadores e o presidente da República. Havendo segundo turno para presidente e governador, a votação complementar ocorre em 25 de outubro.”

José Elias Fernandes Abul Hiss
Eng. Eletricista e Seg. do Trabalho
Diretor Executivo da APeMEC

Maior edifício do Brasil será construído em Balneário Camboriú

Balneário Camboriú (SC) vai abrigar a Senna Tower, projetada para alcançar cerca de 550 metros de altura e 157 andares, tornando-se o maior edifício do Brasil e o residencial mais alto do mundo. Inspirado na trajetória de Ayrton Senna, o empreendimento terá 228 residências, entre apartamentos e “mansões suspensas”.

O projeto prevê ainda quase 8 mil m² de áreas de lazer, com spa, wine bar, piscina e academia, além de espaços abertos ao público, como pista de kart elétrico e museu dedicado ao piloto. O investimento é estimado em R\$ 3 bilhões, com expectativa de R\$ 8,5 bilhões em Valor Geral de Vendas (VGV). A conclusão está prevista para 2032 ou 2033.

Atualmente, o Yachthouse Residence Club, também em Balneário Camboriú, figura entre os edifícios mais altos do País, com 294 metros. Já o maior prédio do mundo é o Burj Khalifa, em Dubai, com 828 metros de altura.

Urbanização na Zona Noroeste de Santos

O projeto de urbanização do São Manoel e do Parque Palafitas, em Santos, segue em fase preparatória, um ano após a contratação de financiamento de até R\$ 178,7 milhões. Segundo a Prefeitura, estão em andamento levantamentos de topografia e sondagens para subsidiar os projetos e a futura licitação.



Trem-bala SP-Rio deve operar em 2033

O trem de alta velocidade entre São Paulo e Rio de Janeiro teve o cronograma adiado e agora deve entrar em operação em 2033, devido atraso no licenciamento ambiental que empurrou o início das obras para o fim de 2028 ou 2029. Estimado em R\$ 50 bilhões, o projeto prevê 417 quilômetros de ferrovia, com trens de até 350 km/h e viagem entre as capitais em cerca de 1h30.

R\$ 6,6 bilhões podem destravar Porto Sul

O Fundo da Marinha Mercante aprovou R\$ 6,59 bilhões para a implantação do Porto Sul, em Ilhéus (BA), projeto estratégico para viabilizar a FIOL 1 e fortalecer o corredor logístico entre a Bahia e o Centro-Oeste. A medida pode impulsionar os investimentos na ferrovia e no terminal portuário.



Linha 17-Ouro recebe propostas para expansão

O Metrô de São Paulo recebeu quatro propostas para a elaboração dos projetos de expansão da Linha 17-Ouro, que prevê quatro novas estações. A menor oferta, de R\$ 48,99 milhões, foi apresentada pela ARX Brasil. Também concorrem Hidroconsult, Egis Engenharia e Intertechne Consultores. O resultado está previsto para 20 de agosto.



São Vicente prepara obras contra avanço do mar

A Prefeitura de São Vicente concluiu um plano preventivo e prepara a licitação de obras para conter a erosão nas praias do Gonzaguinha e dos Milionários. O município também prevê cerca de R\$ 800 milhões em ações de drenagem e prevenção de enchentes.





Conteúdo sobre extremos climáticos ganha repercussão nacional

Projeções climáticas para julho a setembro de 2026 reforçam alerta do engenheiro Joni Matos Incheглу sobre os desafios urbanos, tema que gerou 36 publicações em diferentes veículos e plataformas de comunicação

O alerta ganha relevância diante das projeções climáticas para o período entre julho e setembro de 2026, com previsão de chuvas acima da média no Sul do país e volumes abaixo da média histórica em áreas do Centro-Norte. Para o engenheiro civil, professor e conselheiro da APeMEC Joni Matos Incheглу, esse cenário reforça a necessidade de colocar a engenharia no centro das estratégias de prevenção e adaptação das cidades.

As análises de Incheглу sobre os impactos dos extremos climáticos nos centros urbanos brasileiros ganharam ampla repercussão na imprensa, resultando em 36 publicações em diferentes veículos e plataformas de comunicação. Entre os destaques está reportagem exibida pelo Jornal da Record, em 7 de julho, que abordou a necessidade de adaptação da infraestrutura urbana diante de períodos de chuvas

intensas, secas severas e crises hídricas.

Professor do curso de Engenharia Civil da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), Incheглу alerta que as mudanças no comportamento do clima exigem uma nova abordagem no planejamento urbano. Segundo

ele, o desafio está em preparar as cidades para enfrentar situações aparentemente opostas, mas que podem atingir uma mesma região em diferentes períodos.

“A mesma cidade que sofre com enchentes repentinas, meses depois, vive crise hídrica, o que demanda projetá-la para enfrentar os dois extremos ao mesmo tempo, com respostas bem estruturadas da engenharia. A drenagem sustentável, a recuperação da

permeabilidade do solo urbano e reservatórios com uso duplo caminham nessa direção”, destaca o conselheiro da APeMEC, Joni Matos Incheглу.



Três frentes para cidades mais resilientes

Na avaliação de Joni Matos Incheглу, três áreas devem receber atenção prioritária. A primeira é a geotecnia, com investimentos em contenções, drenagem profunda, estabilização de encostas e estudos do subsolo.

A segunda envolve a drenagem urbana e a infraestrutura verde-azul, com soluções como pavimentos permeáveis, jardins de chuva, telhados verdes e reservatórios capazes de ampliar a retenção e a infiltração da água.

A terceira frente é o monitoramento, com uso de sensores, instrumentação técnica, gêmeos digitais e ferramentas como o BIM para identificar riscos e antecipar problemas.

“Essas tecnologias permitem antecipar problemas em vez de remediá-los”, ressalta.

Novos eventos exigem revisão de parâmetros

Incheглу também defende a revisão de parâmetros de projetos de engenharia, muitos deles baseados em séries históricas que podem não refletir a atual frequência e intensidade dos eventos extremos.

“Eventos que tratávamos como excepcionais passam a ocorrer com mais frequência e magnitude, o que demanda reavaliar os limites e visitar as premissas de projeto”, afirma.

Entre os pontos de atenção estão sistemas de drenagem, velocidades de vento, estabilidade de encostas e fundações em solos saturados. Nas construções existentes, inspeções periódicas, manutenção preventiva e reforço estrutural são essenciais para reduzir vulnerabilidades.

Planejar onde construir

Para o engenheiro, a resiliência urbana também depende do planejamento territorial e de critérios mais rigorosos para a ocupação das cidades.

“Não adianta construir no lugar errado, sem planejamento territorial. Muitas tragédias são de localização, não de estrutura”, pontua.

Coordenador de comitês técnicos do Crea-SP e conselheiro titular no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, Incheглу defende que ciência e tecnologia assumam papel central na prevenção.

“Colocar esse aparato no centro do planejamento das cidades, e não apenas na resposta ao desastre, é a decisão mais importante que podemos tomar diante do que vem pela frente”, conclui.



Menos asfalto, mais verde

De Paris a Portland, retirada de pavimentos abre espaço para árvores, jardins e soluções contra o calor e os alagamentos

Por décadas, o asfalto foi tratado como símbolo de progresso. Agora, cidades como Paris, Barcelona, Genebra, Portland e Lovaina, na Bélgica, adotam o caminho inverso: substituir superfícies impermeáveis para devolver espaço ao solo, à água e à vegetação.

Conhecida como desimpermeabilização, a estratégia busca reduzir os efeitos das ilhas de calor e dos alagamentos causados por chuvas intensas.

Em Paris, pátios escolares asfaltados estão sendo transformados em “ilhas de frescor”, com áreas permeáveis, árvores e jardins. Portland, nos Estados Unidos, tornou-se referência na remoção de pavimentos de estacionamentos e outros espaços, substituindo-os por jardins de chuva e áreas verdes que favorecem a infiltração da água.

Em Genebra, na Suíça, cerca de 1.400 metros quadrados de asfalto foram retirados na região de Eaux-Vives, dando lugar a espaços mais verdes e frescos. Em Lovaina, a desimpermeabilização já é considerada em projetos de reconstrução de ruas, permitindo maior absorção da água da chuva pelo solo.

Barcelona também investe em espaços urbanos com mais vegetação e menor presença de automóveis, além de testar pavimentos permeáveis para melhorar a gestão das águas pluviais e reduzir os riscos de alagamentos.

A mudança não significa eliminar o asfalto das cidades, mas reduzir sua presença em locais estratégicos, como estacionamentos, praças, calçadas, pátios escolares e trechos de vias.

Diante do aumento das temperaturas e da frequência de eventos extremos, retirar parte do asfalto e devolver espaço à natureza começa a se consolidar como uma importante estratégia de adaptação urbana.

TRIBUTAÇÃO E LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Adaptação estratégica aos novos modelos de negócios no ambiente em transformação no setor Imobiliário e Construção Civil.



**22 E 23
DE OUTUBRO**



**PRESENCIAL NA APEMEC
E ONLINE AO VIVO**

INSCRIÇÕES ABERTAS! ➔



com:
**Dra. Martelene
Carvalhaes**
Advogada tributarista,
contadora, escritora e
professora.

REALIZAÇÃO

APeMEC 25 ANOS

EDITORA E
TREINAMENTOS

ORGANIZAÇÃO

mlfconsultoria



Martelene Carvalhaes
Sociedade de Advogados

APOIO



CREA-SP

Foto: Divulgação



Ana Adalgisa segue

no comando do Confea

*Reeleito presidente do Conselho,
Marchese confirma candidatura à Câmara dos Deputados
e permanece licenciado do cargo*

A engenheira civil Ana Adalgisa Dias Paulino segue no comando do Confea, enquanto o presidente reeleito da autarquia, Vinicius Marchese, permanece licenciado para disputar as eleições gerais de 2026.

O afastamento temporário de Marchese teve início em 6 de abril. Desde então, Ana Adalgisa, vice-presidente da entidade, exerce interinamente as atribuições da presidência, assegurando a continuidade das atividades do Conselho.

Três dias após ser reeleito presidente do Confea nas eleições realizadas em 3 de julho, Marchese anunciou que permaneceria afastado do cargo para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados.



Na foto, da esquerda à direita: Gilberto Kassab, Vinicius Marchese e Tarcísio de Freitas

Candidatura oficializada para deputado Federal

A candidatura de Vinicius Marchese a deputado Federal por São Paulo foi oficializada pelo PSD em 26 de julho. Na mesma ocasião, o partido confirmou apoio à reeleição do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do Republicanos. Já a convenção nacional oficializou a chapa formada pelo ex-

governador de Goiás Ronaldo Caiado, candidato à presidência da República, e pelo presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, como candidato a vice-presidente.

Marchese chega à disputa destacando sua experiência administrativa e a trajetória construída no Sistema Confea, Crea e Mútua. Segundo o candidato, sua atuação parlamentar deverá priorizar a captação de recursos para os municípios e a elaboração de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, mobilidade, inovação, desenvolvimento econômico, saúde, educação e segurança.

Com a oficialização da candidatura, Vinicius Marchese passa a disputar uma das 513 vagas da Câmara dos Deputados.

O primeiro turno das eleições gerais será realizado em 4 de outubro, quando os eleitores escolherão presidente da República, governadores, senadores, deputados Federais e deputados Estaduais ou Distritais. Caso nenhum candidato à Presidência da República ou aos governos estaduais alcance a maioria exigida, o segundo turno será realizado em 25 de outubro. A disputa para deputado Federal, entretanto, será definida no primeiro turno, pelo sistema proporcional.

O primeiro turno das eleições gerais será realizado em 4 de outubro, quando os eleitores escolherão presidente da República, governadores, senadores, deputados Federais e deputados Estaduais ou Distritais. Caso nenhum candidato à Presidência da República ou aos governos estaduais alcance a maioria exigida, o segundo turno será realizado em 25 de outubro. A disputa para deputado Federal, entretanto, será definida no primeiro turno, pelo sistema proporcional.

CURSO DE VISTORIAS

Com foco em:

Regulamento de Segurança Contra Incêndios das Edificações e Áreas de Risco do Estado de São Paulo



Ministrado por profissionais do Corpo de Bombeiros, que atuam diretamente na análise de projetos e na realização de vistorias.



Exclusivo para profissionais da Engenharia e Arquitetura.



Período:
03 de agosto a
05 de novembro de 2026



Local:
Auditório da SIURB



Vagas limitadas
Participação sujeita à
análise da qualificação
profissional.

104 horas de
capacitação

INSCRIÇÕES ABERTAS ➔

✉ apemec@apemec.com.br

☎ (11) 5080-9555

Realização:

APeMEC 25
ANOS

Parceiria:

FUNDABOM
FUNDAÇÃO DE APOIO AO CORPO DE BOMBEIROS

Apoio:

CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo



Mais tarifas dos EUA para o Brasil

Novas tarifas de 25% e 12,5% sobre produtos brasileiros reacendem preocupações com as exportações, a atividade econômica e possíveis reflexos na construção civil

O comércio entre Brasil e Estados Unidos voltou ao centro das atenções. Em 15 de julho, o governo norte-americano anunciou uma tarifa adicional de 25% sobre grande parte das importações brasileiras.

Em 23 de julho, anunciaram uma segunda tarifa, desta vez de 12,5%, que entrou em vigor no dia 24. A cobrança faz parte de uma ação contra 60 economias, responsáveis por 99,4% das importações norte-americanas, sob a alegação de que esses parceiros comerciais não adotam ou não fiscalizam adequadamente a proibição de produtos associados ao trabalho forçado. Entre os participantes da investigação, 38 receberam diretamente a alíquota de 12,5%, incluindo o Brasil, enquanto os demais ficaram sujeitos a taxas de 10% ou a regras diferenciadas.

A medida ocorre poucos meses após uma mudança importante no cenário tarifário. Em fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, conhecida pela sigla IEEPA, não autorizava a imposição das amplas tarifas adotadas anteriormente. A decisão derrubou aquelas medidas, mas não impediu a aplicação de novas taxas fundamentadas em outras legislações, como a Seção 301.

Nos produtos alcançados pelas duas medidas, as tarifas podem ser cumulativas, elevando a cobrança adicional para 37,5%. Segundo estimativa do governo brasileiro, cerca de 16,5% das exportações nacionais aos Estados Unidos poderão enfrentar essa alíquota combinada.

Reflexos na construção civil

Mesmo não sendo o principal alvo das medidas, a construção civil pode sentir efeitos indiretos. Desaceleração econômica, oscilações cambiais e mudanças nos preços de matérias-primas e equipamentos po-

dem afetar custos e decisões de investimento.

Setores como madeira, rochas ornamentais e metais integram cadeias internacionais de comércio. Alterações na demanda externa podem influenciar preços e provocar ajustes no mercado interno, enquanto máquinas e equipamentos importados também ficam sujeitos às mudanças nas cadeias globais de fornecimento.

Outro ponto de atenção é o crédito. Em um ambiente de maior incerteza, incorporadoras, construtoras e investidores tendem a agir com mais cautela. Assim, os efeitos das tarifas podem chegar aos canteiros pelo custo dos materiais, pelas condições de financiamento e pelo ritmo dos investimentos.

Para o Brasil, o desafio será diversificar mercados e preservar a competitividade das empresas. Na construção civil, acompanhar esses movimentos tornou-se essencial, já que decisões externas podem repercutir nos insumos, no crédito e no andamento das obras.

Neoimperialismo na geopolítica

O avanço das tarifas também amplia o debate sobre a atuação internacional dos Estados Unidos. Para alguns analistas e acadêmicos, a combinação de coerção econômica, poder financeiro, domínio tecnológico e pressão geopolítica pode ser vista como uma forma contemporânea de neoimperialismo, baseada menos na ocupação territorial e mais no uso de instrumentos comerciais e estratégicos para preservar mercados, garantir recursos e conter rivais.

Nesse contexto, países latino-americanos, entre eles o Brasil, ganham importância na disputa por influência entre Estados Unidos e China, especialmente em áreas como minerais críticos, energia, infraestrutura e tecnologia. Assim, as tarifas passam a ser interpretadas não apenas como proteção comercial, mas também como parte de uma disputa mais ampla por poder global.





Com votação histórica, Marchese é reeleito presidente do Confea

Reeleito com 84.887 votos, engenheiro ampliou de forma expressiva o desempenho de 2023 e seguirá à frente do Conselho Federal até 2029

No resultado nacional das eleições do Sistema Confea, Crea e Mútua, que registraram 141.151 votantes em todo o país, o engenheiro de telecomunicações Vinicius Marchese foi reeleito presidente do Confea com 84.887 votos, correspondentes a 65,82% dos votos válidos. Marchese venceu em 26 dos 27 estados brasileiros.

A votação reforça a liderança de Marchese no Sistema. Em 2026, ele ampliou de forma expressiva o desempenho obtido no pleito anterior, quando recebeu cerca de 62,9 mil votos em 2023, na primeira eleição geral on-line do Sistema Confea, Crea e Mútua. O crescimento foi de aproximadamente 21,9 mil votos, consolidando uma votação histórica para a presidência do Conselho Federal.

Natural de Mogi-Guaçu, Marchese é graduado em Engenharia de Telecomunicações pela Universidade

de Taubaté (Unitau), com especializações em áreas ligadas à gestão, inovação e tecnologia. Sua trajetória no Sistema Confea, Crea começou ainda jovem, aos 23 anos. Foi conselheiro, diretor administrativo do Crea-SP e, em 2016, tornou-se o presidente mais jovem da história da autarquia paulista. Em 2023, foi eleito presidente do Confea e assumiu o cargo em 2024.

À frente do Conselho Federal, Marchese consolidou uma gestão voltada à transformação digital, à inovação, à modernização da fiscalização e à valorização profissional. Entre as iniciativas destacadas no período estão ações de incentivo ao registro profissional, programas de fiscalização nacional, fortalecimento da comunicação institucional e projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e à infraestrutura. Com a reeleição, seguirá no comando do Confea até 2029.



Lígia Mackey faz história novamente no Crea-SP

Reeleita com 20.196 votos, engenheira civil consolida trajetória histórica à frente do maior Conselho Regional do Sistema Confea/Crea e reforça a presença feminina em espaços de liderança

Em São Paulo, a engenheira civil Lígia Marta Mackey foi reeleita para a presidência Crea-SP. Primeira mulher eleita e reeleita para comandar a entidade em mais de 90 anos de história, Lígia recebeu 20.196 votos, o equivalente a 71,54% do total de votos apurados no Estado e 76,23% dos votos válidos.

Formada em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de Piracicaba, da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), em 1994, Lígia construiu uma trajetória de mais de 30 anos de atuação na construção civil e no associativismo profissional.

Ao longo da carreira, trabalhou como profissional autônoma e participou do Promore, projeto social de habitação popular ligado ao Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. Também presidiu, por dois mandatos, a Associação de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia de

Rio Claro (AERC), foi coordenadora da União das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Baixa e Média Mogiana (UNABAM) e ocupou o cargo de diretora de Entidades de Classe do Crea-SP.

Sua atuação mais intensa dentro do Conselho teve início em 2017. Em 2020, foi eleita conselheira titular e, em 2022, assumiu a vice-presidência do Crea-SP. Durante a licença de Vinicius Marchese, chegou a comandar a autarquia por seis meses, ampliando sua experiência à frente da instituição.

Eleita presidente em 2023 e empossada em 2024, sua gestão tem sido marcada por iniciativas voltadas à modernização dos serviços, à inovação e ao fortalecimento institucional do Conselho.

Com a reeleição, Lígia Mackey consolida mais um capítulo histórico de sua trajetória no Crea-SP e amplia a presença feminina nos espaços de liderança e decisão do sistema profissional.



Chapa completa vence disputa pela Mútua-SP

A Mútua é a Caixa de Assistência dos Profissionais registrados no Sistema Confea/Crea, com atuação voltada à oferta de benefícios, apoio financeiro, convênios e programas destinados a engenheiros, agrônomos, geocientistas, tecnólogos e demais profissionais das áreas tecnológicas.

Próxima de completar 50 anos de atuação, a Mútua foi instituída pelo Confea em dezembro de 1977 e, ao longo dessas décadas, consolidou-se como uma importante instituição de apoio e assistência aos profissionais do Sistema. Com presença cada vez mais relevante em todo o país, oferece suporte, benefícios, programas e iniciativas voltadas ao bem-estar, à valorização, à segurança e ao desenvolvimento pessoal e profissional de seus associados.

Luis Chorilli Neto Diretor Geral

Na eleição para a Diretoria-Geral da Mútua-SP, o engenheiro civil Luis Chorilli Neto foi eleito com 18.344 votos, o equivalente a 64,98% do total e 71,29% dos votos válidos. O boletim eleitoral registrou ainda 1.319 votos brancos e 1.182 votos nulos, em um universo de 28.231 votos contabilizados no Estado de São Paulo.

Formado em Engenharia Civil em 2004, Luis Chorilli Neto acumula mais de duas décadas de atuação profissional, com experiência na construção de mais de 100 residências e quatro edifícios de oito pavimentos. Ao longo de sua trajetória, também se destacou pela participação ativa em entidades representativas da engenharia e no Sistema Confea, Crea e Mútua.

Foi presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba e, no Crea-SP, exerceu as funções de conselheiro, diretor administrativo e vice-presidente, cargo que ocupou em 2024. Sua atuação no Sistema se estende por cerca de 12 anos.

Chorilli também foi diretor do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap) e, desde maio de 2025, ocupa o cargo de diretor Executivo da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (Fumep).

Além da formação em engenharia civil, possui curso de Perícia e Laudo Judicial pela Unesp de Rio Claro, ampliando sua atuação técnica e institucional no campo da engenharia.

Ana Paula Ribeiro de Lara Diretora Administrativa

A chapa também elegeu Ana Paula Ribeiro de Lara

para a Diretoria Administrativa da Mútua-SP. Ela recebeu 21.740 votos, o equivalente a 77,01% do total e a 83,82% dos votos válidos.

Engenheira civil formada pela Universidade Santa Cecília (Unisantia), em Santos, em 2014, Ana Paula é empresária e atua há mais de uma década nas áreas de projetos e regularização de imóveis.

Sua trajetória no Sistema Confea, Crea e Mútua teve início por meio da Associação Mongaguense de Engenheiros e Arquitetos (AMEA), entidade que presidiu durante seis anos, ao longo de dois mandatos. Nesse período, desenvolveu ações voltadas ao fortalecimento da engenharia na Baixada Santista, à valorização profissional, à integração da categoria e à aproximação dos profissionais com a sociedade.

Entre as iniciativas de sua gestão, destaca-se a criação do Construínova Litoral, evento regional voltado ao fortalecimento da engenharia e da construção civil, que passou a integrar o calendário oficial do município de Mongaguá.

Atualmente, Ana Paula está em seu segundo mandato como conselheira do Crea-SP e, nas eleições de 2026, foi eleita diretora Administrativa da Mútua-SP. Sua atuação tem sido pautada pelo fortalecimento do Sistema, pela valorização dos profissionais e pela construção de uma engenharia cada vez mais representativa, acessível e conectada às demandas da sociedade.

João Bosco Romeiro Diretor Financeiro

João Bosco Romeiro foi eleito para a Diretoria Financeira, com 15.481 votos, correspondentes a 54,84% do total e 60,20% dos votos válidos. Possui uma trajetória de quase cinco décadas dedicada à engenharia, à administração pública, à vida acadêmica e às entidades representativas da categoria. Atualmente é diretor Administrativo do Crea-SP e vice-presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Civis de São Paulo (ABENC-SP).

Formado em engenharia civil, também especializou-se nas áreas das engenharias Sanitária, Ecológica e Meio Ambiente.

Romeiro também construiu uma extensa carreira acadêmica. Em 1980, ingressou como professor na Faculdade de Engenharia Química de Lorena, atualmente USP, onde continua atuando no ensino.

Em 1981, foi aprovado em concurso público para a Secretaria de Estado da Saúde do Governo de São Paulo, órgão no qual trabalhou até sua aposentadoria, em janeiro de 2019. Ao longo de sua carreira no setor público, ocupou funções de destaque, entre elas a de secretário de Vias Públicas da Prefeitura de São Paulo.



Roberto Racanicchi é eleito Conselheiro Federal

O engenheiro civil e professor Roberto Racanicchi foi eleito conselheiro federal titular representante das Instituições de Ensino Superior do Grupo Engenharia, com um total de 63 votos. A eleição consolida uma trajetória de décadas dedicada à engenharia, ao ensino e à representação profissional.

Formado em engenharia civil, possui especializações em Estruturas e Alvenaria Estrutural, além de mestrado em Engenharia Civil, na área de Estruturas. Ao longo da carreira, acumulou experiência na docência e na coordenação de cursos de graduação e pós-graduação, com atuação em áreas como construções de concreto, pontes e grandes estruturas, alvenaria estrutural e fundações.

Sua atuação no Sistema Confea e Crea também é extensa. Foi conselheiro titular do Crea-SP por quatro mandatos, entre 2006 e 2023, além de coordenador da Câmara Especializada em Engenharia Civil (CEEC), da Comissão Permanente de Educação e Atribuição Profissional (CEAP) e de diferentes grupos técnicos e comitês do Conselho.

Professor universitário há 27 anos, Racanicchi chega ao Conselho Federal com a proposta de aproximar ainda mais o Sistema Confea/Crea das instituições de ensino e dos profissionais da Engenharia.



Masterclass esclarece pontos da NR-1

Encontro destacou a integração entre NR-1, NR-7 e NR-17, os fatores psicossociais e a importância da gestão técnica e preventiva nas organizações

Realizada no dia 24 de junho, com apoio do Crea-SP, a Masterclass com Eduardo Marcatto, reconhecido especialista e auditor em NR-1, reuniu, em formato virtual, um público qualificado formado por profissionais, empresários e interessados nas áreas de Segurança e Saúde no Trabalho. O encontro proporcionou uma importante oportunidade de atualização e aprofundamento técnico, com esclarecimentos sobre os principais pontos da Norma Regulamentadora nº 1, suas exigências, interpretações e implicações práticas para a rotina e a gestão das organizações.

NR-1 vai além da saúde mental

Logo no início da exposição, o especialista destacou que a NR-1 não deve ser tratada como uma novidade absoluta. Segundo ele, o conceito de gerenciamento de riscos ocupacionais já existe há

décadas em normas técnicas internacionais, como a BS 8800, a OHSAS 18000 e a ISO 45000. A NR-1, portanto, incorporou ao cenário brasileiro uma lógica de gestão que já vinha sendo aplicada em outros contextos, especialmente no campo da saúde e segurança ocupacional.

Durante a Masterclass, Marcatto explicou que a NR-1 trata do gerenciamento de riscos ocupacionais químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos. Dentro dos riscos ergonômicos, estão incluídos os fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Para o especialista, um dos principais erros cometidos atualmente é tratar a NR-1 como se ela fosse exclusivamente uma norma de saúde mental.

“A NR-1 não é a norma da saúde mental. Ela continua tratando dos cinco grupos de fatores de risco ou perigos. Os fatores psicossociais estão dentro da ergonomia, relacionados à organização do

trabalho, às condições de trabalho e ao ambiente de trabalho”, explicou.

Avaliação psicossocial e riscos no trabalho

Um dos pontos centrais da apresentação foi a diferenciação entre avaliação psicossocial do indivíduo e identificação dos fatores de riscos psicossociais no trabalho.

Marcatto esclareceu que a avaliação psicossocial, relacionada ao estado de saúde do trabalhador, está ligada à NR-7, à NR-35 e à NR-33, sendo uma decisão do médico do trabalho no âmbito do PCMSO. Já a NR-1, em conjunto com a NR-17, exige a identificação dos fatores de riscos psicossociais relacionados às condições de trabalho.

Essa distinção, segundo ele, é fundamental para evitar contratações inadequadas e interpretações incorretas. A NR-1 não exige avaliação psicológica individualizada de todos os trabalhadores, nem diagnósticos ou laudos psicossociais isolados. O que a norma exige é uma gestão estruturada dos riscos ocupacionais, com base técnica e integração entre os documentos obrigatórios.

A importância da NR-17

Outro destaque da Masterclass foi a importância da NR-17, norma que trata da ergonomia. De acordo com Marcatto, a identificação dos fatores psicossociais deve ocorrer dentro da Avaliação Ergonômica Preliminar, instrumento previsto para todas as organizações e situações de trabalho. A avaliação deve considerar aspectos físicos, cognitivos e organizacionais, incluindo os fatores psicossociais relacionados ao trabalho.

O especialista alertou que muitas empresas têm contratado “mapeamentos”, “diagnósticos”, “laudos” ou “análises de risco psicossocial” acreditando estar atendendo à NR-1. No entanto, segundo ele, esses instrumentos, quando não vinculados à Avaliação Ergonômica Preliminar, ao Programa de Gerenciamento de Riscos e ao plano de ação, podem colocar a organização em situação de risco diante de uma fiscalização.

Integração entre NR-1, NR-7 e NR-17

Marcatto também chamou atenção para a



necessidade de integração entre NR-1, NR-7 e NR-17. A Avaliação Ergonômica Preliminar deve dialogar com o Programa de Gerenciamento de Riscos, especialmente com o inventário de riscos e o plano de ação. A partir dessas informações, o médico do trabalho, no âmbito do PCMSO,

poderá definir o monitoramento adequado da saúde dos trabalhadores.

Segundo o especialista, a falta de integração entre esses instrumentos é um dos pontos que mais podem gerar autuações.

“Se o auditor fiscal do trabalho solicitar documentos, ele deverá pedir, no mínimo, a Avaliação Ergonômica Preliminar, o Programa de Gerenciamento de Riscos, o inventário de riscos, o plano de ação e o PCMSO”, afirmou.

Medidas de controle devem atuar na origem do risco

O especialista reforçou que a hierarquia de controle prevista na gestão de riscos deve priorizar a eliminação do fator de risco, a substituição, as medidas de engenharia e as medidas organizacionais, deixando o uso de equipamentos de proteção individual como última alternativa.

No caso dos fatores psicossociais, a resposta adequada deve estar ligada à organização real do trabalho, como redução de jornadas excessivas, enfrentamento de situações de assédio, melhoria das condições laborais e revisão de processos internos.

Cuidado com informações sem base técnica

Outro ponto abordado foi o cuidado com informações disseminadas nas redes sociais. Marcatto alertou para a proliferação de cursos, conteúdos e promessas comerciais que simplificam excessivamente a NR-1 ou criam funções como “gestor de NR-1” e “implementador de NR-1” sem a formação técnica necessária.

Para ele, é fundamental buscar fontes oficiais e referências técnicas reconhecidas, como publicações do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Saúde, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Associação Brasileira de Ergonomia (Abergo).



Assista Podcast na íntegra no canal do YouTube da apemec_oficial

Associação questiona tarifas norte-americanas

ABIMAQ manifesta preocupação com decisão dos Estados Unidos de aplicar tarifas de 25% a produtos brasileiros no âmbito da Seção 301

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) manifesta profunda preocupação com a decisão do governo dos Estados Unidos de aplicar tarifa adicional de 25% sobre as importações de produtos brasileiros, no âmbito da investigação conduzida com base na Seção 301 do Trade Act de 1974. A medida, anunciada pelo USTR, decorre da conclusão de que determinadas políticas brasileiras relacionadas a comércio digital, serviços de pagamento eletrônico, tarifas preferenciais, combate à corrupção, proteção à propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal configurariam práticas consideradas "injustas" ou "discriminatórias" sob a ótica norte-americana. A tarifa entrará em vigor em 22 de julho de 2026, alcançando, como regra geral, as importações provenientes do Brasil, com exceção de produtos expressamente excluídos pelo governo norte-americano.

Embora o ato final tenha preservado diversas exceções relevantes, inclusive para produtos sujeitos às medidas da Seção 232 e para determinados bens considerados estratégicos para a economia norte-americana, a ABIMAQ avalia que a decisão representa um fator adicional de incerteza para o comércio bilateral e para as empresas inseridas nas cadeias produtivas entre Brasil e Estados Unidos. Entre os produtos excluídos das novas tarifas encontram-se, por exemplo, artigos já submetidos à Seção 232, aeronaves civis e suas partes, produtos farmacêuticos, determinados produtos de madeira,

veículos, semicondutores e outros insumos considerados essenciais pelo próprio governo dos Estados Unidos.

Para o setor de máquinas e equipamentos, os Estados Unidos representam o principal mercado de exportação. Trata-se de uma relação comercial por elevada complementaridade industrial e pela intensa integração das cadeias produtivas, nas quais circulam máquinas, componentes, partes e bens intermediários utilizados pela própria indústria norte-americana. Em 2025, as exportações brasileiras de máquinas e equipamentos para os Estados Unidos alcançaram aproximadamente US\$ 3,2 bilhões, enquanto as exportações norte-americanas para o Brasil totalizaram cerca de US\$ 4,8 bilhões, evidenciando uma relação de benefícios mútuos e forte interdependência produtiva.

A ABIMAQ ressalta que parcela significativa desse comércio ocorre entre empresas do mesmo grupo econômico (intercompany), refletindo investimentos produtivos realizados por empresas norte-americanas no Brasil e por empresas brasileiras nos Estados Unidos. Nesse contexto, a elevação de tarifas tende a aumentar custos, reduzir competitividade, comprometer investimentos e afetar a eficiência das cadeias produtivas instaladas nos dois países, produzindo efeitos que vão além da relação comercial bilateral.

A entidade também observa que, durante a consulta pública conduzida pelo USTR, diversos representantes da indústria norte-americana defenderam a exclusão de máquinas, equipamentos

e outros bens industriais da medida, argumentando que esses produtos são essenciais para a competitividade da manufatura dos Estados Unidos, possuem limitada disponibilidade de fornecimento alternativo e que sua tributação produziria impactos negativos sobre investimentos, custos de produção e geração de empregos naquele país. O próprio relatório final reconhece que diversas exclusões foram concedidas justamente para evitar desorganização das cadeias produtivas e impactos econômicos mais amplos.

A ABIMAQ entende que divergências comerciais devem ser tratadas prioritariamente por meio do diálogo institucional e da negociação bilateral. Medidas unilaterais de natureza tarifária tendem a elevar a insegurança jurídica, aumentar custos para empresas e consumidores e enfraquecer cadeias globais de valor que vêm sendo construídas ao longo de décadas.

A Associação continuará acompanhando atentamente a implementação da medida, em especial a regulamentação operacional pelas autoridades aduaneiras norte-americanas e a definição do tratamento aplicável aos diferentes produtos do setor. Paralelamente, permanecerá atuando junto às autoridades brasileiras e aos interlocutores norte-americanos na defesa da ampliação das exclusões aplicáveis ao setor de máquinas e equipamentos e da construção de uma solução negociada que preserve a competitividade da indústria e o fortalecimento da relação econômica entre Brasil e Estados Unidos.

ABIMAQ



Curso debate venda a preço de custo, SCP e holding no setor imobiliário

Encontro ministrado pela Dra. Martelene Carvalhaes abordou novas leis, normas e os impactos jurídicos, contábeis e tributários para a construção civil e o mercado imobiliário

No dia 18 de junho, o auditório da APeMEC recebeu o curso “Venda a Preço de Custo, SCP e Holding no Setor Imobiliário”, ministrado pela Dra. Martelene Carvalhaes, voltado a profissionais do mercado imobiliário, incorporadores, construtores, contadores, advogados, investidores e demais agentes ligados ao setor, o encontro teve como objetivo aprofundar temas estratégicos para a estruturação segura de negócios imobiliários, especialmente diante das recentes mudanças legislativas e tributárias.

Com abordagem prática, a capacitação foi organizada em três eixos principais: venda a preço de custo, Sociedade em Conta de Participação (SCP) e utilização de holdings no setor imobiliário. Ao longo do curso, a palestrante destacou as características de cada modelo, suas diferenças e os cuidados necessários para reduzir riscos jurídicos, fiscais e contábeis.

Venda a preço de custo

Prevista na Lei 4.591/1964, a venda a preço de custo permite que o adquirente compre uma fração ideal do terreno e participe diretamente do custeio da

construção, geralmente por meio de um condomínio de construção.

Nesse modelo, o comprador participa do empreendimento pelo custo efetivo da obra, assumindo também responsabilidades relacionadas ao acompanhamento da construção. Entre os mecanismos previstos está a Comissão de Representantes, que pode fiscalizar o andamento dos serviços, analisar balancetes e arrecadações e representar os interesses dos condôminos perante a construtora ou incorporadora.

O curso também abordou os contratos de construção por empreitada e por administração. Na modalidade conhecida como construção “a preço de custo”, os proprietários ou adquirentes arcam com as despesas da obra, enquanto a construtora recebe uma taxa pela administração dos serviços.

Segundo a Dra. Martelene, a segurança desse tipo de operação depende da correta formalização dos contratos e da definição clara das responsabilidades de cada parte, incluindo custos, prazos, reajustes, despesas públicas, ligações de serviços e demais obrigações relacionadas ao empreendimento.

Também foi discutida a possibilidade de criação de associações de adquirentes para auxiliar na organização e administração dos recursos destinados à obra, desde que estruturadas de forma adequada e com destinação exclusiva dos valores ao empreendimento.

Sociedade em Conta de Participação – SCP

Outro ponto central do curso foi a diferenciação entre a venda a preço de custo e a Sociedade em Conta de Participação. Embora ambos os modelos possam ser encontrados no mercado imobiliário, possuem naturezas jurídicas distintas.

Enquanto a venda a preço de custo está relacionada à participação dos adquirentes no custeio da construção, a SCP é uma estrutura societária prevista no Código Civil, na qual os sócios participam dos resultados do negócio, incluindo lucros e eventuais prejuízos.

A estrutura é formada pelo sócio ostensivo, responsável pela atividade perante terceiros, e pelos sócios participantes, que integram internamente o empreendimento e compartilham seus resultados.

Durante a capacitação, foi ressaltado que a SCP não deve ser utilizada como substituição disfarçada de contratos de compra e venda de imóveis. O uso inadequado desse modelo, especialmente quando empregado apenas para comercializar unidades ou garantir rentabilidade, pode resultar em descaracterização da sociedade e gerar impactos jurídicos e tributários.

Também foram apresentadas as principais obrigações fiscais e contábeis relacionadas à SCP, como controles específicos, escrituração própria, apuração segregada dos resultados e cumprimento das obrigações acessórias aplicáveis.

Holdings no setor imobiliário

Na parte dedicada às holdings, a Dra. Martelene apresentou diferentes estruturas utilizadas no setor imobiliário, como holdings puras, mistas, patrimoniais, administrativas, de controle e familiares.

Esses modelos podem ser utilizados para diferentes finalidades, entre elas a organização empresarial,

administração de bens, controle societário, planejamento sucessório e diversificação de investimentos.

A palestrante destacou, entretanto, que a constituição de uma holding deve estar baseada em objetivos claramente definidos e em análise técnica das consequências jurídicas, contábeis e tributárias.

Entre os pontos abordados estiveram a tributação de aluguéis, a integralização de capital com imóveis, o planejamento sucessório e os impactos das mudanças tributárias sobre estruturas patrimoniais e familiares.

Reforma Tributária amplia necessidade de atualização

A Reforma Tributária também ganhou espaço durante o curso, especialmente em relação aos impactos do IBS e da CBS sobre operações imobiliárias, locações, emissão de documentos fiscais e gestão contábil das empresas do setor.

As mudanças reforçam a necessidade de análise cuidadosa dos modelos de negócio e de atualização constante dos profissionais, já que decisões socie-

tárias e patrimoniais podem produzir efeitos relevantes no campo tributário.

Ao promover a capacitação, a APeMEC aproximou os participantes das transformações que afetam diretamente a engenharia, a construção civil e o mercado imobiliário.





Fotos: Talita Seolim

O futuro das cidades inteligentes

Em podcast, João Alexandre Paschoalin Filho destacou que cidades inteligentes vão além da tecnologia e dependem de inclusão, infraestrutura, sustentabilidade e boa gestão pública

No dia 18 de junho, a APeMEC realizou mais uma edição de seu podcast, conduzida pelo diretor Executivo da entidade, Elias Hiss, com o tema “Cidades Inteligentes”. O evento contou com o apoio do Crea-SP e teve como convidado o engenheiro civil João Alexandre Paschoalin Filho, mestre e doutor pela Unicamp, professor da UNINOVE, especialista em Geotecnia e sócio da GeoConceito Consultoria em Engenharia.

A conversa abordou os desafios urbanos atuais, o papel da engenharia na construção de cidades mais sustentáveis e a importância da tecnologia como ferramenta de apoio à gestão pública. O tema foi apresentado como uma discussão cada vez mais urgente diante do crescimento das cidades e das metas globais relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para 2030.

Segundo João Alexandre, ainda há muita confusão sobre o conceito de cidade inteligente. Para muitos, a expressão está ligada apenas a câmeras, sensores, internet, aplicativos e sistemas digitais. No entanto, ele destacou que uma cidade inteligente não é simplesmente uma cidade tecnológica.

“Cidade inteligente não é apenas tecnologia. A tecnologia é uma consequência e uma ferramenta. Antes disso, é preciso ter equidade, inclusão, infraestrutura e planejamento”, explicou.

Para o engenheiro, antes de falar em tecnologia aplicada à gestão urbana, é necessário garantir bases essenciais, como saneamento básico, mobilidade planejada, internet acessível, educação, participação social e infraestrutura adequada. Sem essas condições, os sistemas digitais não conseguem transformar de fato a vida da população.

João Alexandre comparou a inteligência urbana à “cereja do bolo”. Antes dela, é preciso construir as

camadas que sustentam uma cidade funcional: planejamento, gestão eficiente, inclusão e compromisso com a sustentabilidade.

A sustentabilidade foi um dos pontos centrais do encontro. Uma cidade verdadeiramente inteligente, segundo o especialista, deve reduzir impactos ambientais, melhorar o uso dos recursos naturais e tornar os serviços públicos mais eficientes, com decisões baseadas em dados, planejamento e responsabilidade.

Durante a conversa, também foi destacada a diferença entre cidade tecnológica e cidade inteligente. Uma cidade pode ter câmeras, internet 5G, sensores, aplicativos e sistemas automatizados, mas ainda assim não ser inteligente se continuar desigual, excludente e sem infraestrutura básica.

Foram citadas iniciativas como semáforos inteligentes, iluminação automatizada, ônibus elétricos, acesso digital a serviços públicos, redes de internet em espaços públicos e sistemas de monitoramento. Apesar de importantes, essas ferramentas não resolvem sozinhas problemas como falta de saneamento, ocupações em áreas de risco, drenagem insuficiente, enchentes, pavimentação precária e transporte público ineficiente.

A mobilidade urbana também foi apontada como um dos pilares de uma cidade inteligente. Para João Alexandre, é preciso integrar melhor os diferentes modais de transporte, como ônibus, metrô, trem, bicicletas, transporte individual e novas formas de deslocamento. Sem planejamento, ações isoladas acabam se tornando improvisadas e pouco eficientes.

Outro ponto destacado foi a necessidade de capacidade técnica nas gestões públicas. O uso de sensores, big data, inteligência artificial e internet das coisas pode gerar uma grande quantidade de informações em tempo real, mas esses dados precisam ser analisados por equipes preparadas para orientar boas decisões.

No Brasil, cidades como São José dos Campos, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Vitória e Santos foram mencionadas como exemplos de municípios que



desenvolvem iniciativas ligadas ao conceito de cidades inteligentes. Ainda assim, o engenheiro reforçou que há um longo caminho a percorrer.

Na avaliação do especialista, o futuro das cidades dependerá de planejamento contínuo, visão de longo prazo e políticas públicas permanentes, que não sejam interrompidas a cada troca de governo. Cidades inteligentes não

devem ser projetos de uma única gestão, mas compromissos duradouros com a população.

Ao final, João Alexandre deixou uma mensagem direta para gestores públicos, profissionais de engenharia, estudantes e sociedade civil: cidades inteligentes e sustentáveis são o futuro, mas também uma necessidade do presente.

Mais do que investir em tecnologia, é preciso investir em pessoas, infraestrutura, educação, sustentabilidade e boa gestão. Afinal, a verdadeira inteligência de uma cidade está na capacidade de melhorar a vida de quem vive nela.



Assista Podcast na íntegra
no canal do YouTube da apemec_oficial

Porto de Santos busca ampliar ferrovias



O Porto de Santos movimentou 186,4 milhões de toneladas em 2025, crescimento de 3,6% em relação ao ano anterior, e ocupa a 37ª posição mundial na movimentação de contêineres. Apesar do avanço, mais da metade das cargas ainda depende do transporte rodoviário, com cerca de 2,8 milhões de caminhões circulando anualmente pelo complexo.

Os dados foram apresentados durante o painel “Logística e Mobilidade: São Paulo, o maior hub da América Latina”, integrante da programação do Fórum de Infraestrutura e Políticas Públicas e Colégio de Inspectores 2026, promovido pelo Crea-SP.

Na ocasião, a Autoridade Portuária de Santos destacou investimentos para ampliar a participação ferroviária, atualmente em 36%, além da adoção de simulações avançadas e sistemas inteligentes de controle de tráfego.



Crea-SP abre vagas para o Estágio Visita

O Crea-SP está com inscrições abertas, até 5 de agosto, para a segunda edição de 2026 do programa “Por Dentro do Crea-SP: Estágio Visita”. A iniciativa oferece 90 vagas para estudantes e recém-formados das áreas de Engenharia, Agronomia e Geociências. A programação será realizada de 18 a 20 de agosto, com palestras, apresentações técnicas e visitas a setores estratégicos do Conselho. Podem participar alunos de graduação ou pós-graduação de instituições paulistas e profissionais formados há até 180 dias.

Fonte e fotos: CDI Comunicação Crea-SP

Mercado de carbono para área tecnológica



O Crea-SP Capacita realizou, em 21 de julho, o workshop “Créditos de Carbono na Prática: Como Estruturar Projetos Viáveis e Rentáveis”. O encontro abordou a gestão climática, o inventário de emissões e as possibilidades de atuação de engenheiros, agrônomos, geocientistas e tecnólogos no mercado de carbono.

Também foram apresentados aspectos da Lei nº 15.042/2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, além de oportunidades em consultoria, auditoria, elaboração de projetos e intermediação de créditos. Energia renovável, agricultura regenerativa, recuperação de pastagens, aterros sanitários e captura de carbono estão entre as mais de 170 modalidades disponíveis no setor.

Liderança e inovação impulsionam desenvolvimento regional

O Crea-SP Capacita realizou, em 23 de julho, o workshop on-line “Do Território à Inovação: Liderança Feminina, Infraestruturas e Dados como Motores do Desenvolvimento Regional”. A atividade contou com a participação da geógrafa portuguesa Cristina Silva Ferreira, que destacou a importância do planejamento de longo prazo, do uso de dados confiáveis e da articulação entre infraestrutura, pessoas e liderança na construção de políticas públicas eficientes.

O encontro também abordou a participação feminina em posições de comando e a cooperação entre Brasil e Portugal. Nesse contexto, foi destacado o Termo de Reciprocidade entre o Confea e a Ordem dos Engenheiros de Portugal, que facilita o registro e a mobilidade profissional de engenheiros entre os dois países, desde que atendidos os requisitos previstos.

Brasil apresenta turbina a etanol

Tecnologia desenvolvida em São José dos Campos tem potência de 1 MW, suficiente para abastecer aproximadamente 3,6 mil residências, e poderá levar energia limpa a comunidades isoladas e regiões atingidas por calamidades

No dia 13 de julho, no Campus do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos, foi apresentada a primeira turbina a gás movida a etanol para geração de energia elétrica desenvolvida no Brasil. Com capacidade para gerar 1 megawatt (MW) de potência, a unidade pode abastecer aproximadamente 3,6 mil residências.

Batizada de UGEE1000BR, a turbina foi desenvolvida pela AERO CONCEPTS, em parceria com o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), a FW Soluções Industriais e a GA Automation, com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O equipamento representa um avanço para a engenharia brasileira e para o desenvolvimento de tecnologias nacionais voltadas à geração de energia.

O projeto teve origem na adaptação da TR5000, plataforma de turbinas a gás desenvolvida pela AERO CONCEPTS para aplicações nos setores de energia e defesa. A tecnologia foi reconfigurada para operar com etanol e destinada à geração de energia elétrica em solo.

O resultado é um protótipo funcional e transportável, com potencial de utilização em diferentes localidades. A próxima etapa do projeto prevê a conexão da unidade a uma usina sucroenergética.

Como funciona

O funcionamento da UGEE1000BR se assemelha ao de um motor de avião. A diferença é que, em vez de produzir empuxo, o equipamento utiliza a queima do etanol para gerar gases quentes que acionam uma turbina de potência conectada a um redutor e a um gerador elétrico, ambos de fabricação nacional.

O processo começa com a captação e compressão do ar, que segue para a câmara de combustão, onde é misturado ao etanol. A queima produz gases em alta temperatura e pressão, responsáveis por movimentar as turbinas e acionar o sistema de geração elétrica.

Todo o conjunto foi integrado em dois contêineres: um reúne os componentes mecânicos e o outro concentra os sistemas elétricos e de controle. A configuração facilita o transporte, a instalação e a operação em diferentes localidades, ampliando o potencial de uso da tecnologia em áreas remotas.

Para a engenharia brasileira, a UGEE1000BR representa um avanço na capacidade nacional de desenvolver tecnologias de alta complexidade, integrando engenharia aeronáutica, energética, mecânica e de automação. O projeto também demonstra a competência do país para adaptar sistemas avançados ao uso de combustíveis renováveis, reduzindo a dependência de tecnologias estrangeiras.

Muito Prazer somos APeMEC

Há **25 anos** defendendo mais de 250 pequenas e médias construtoras do estado de São Paulo. A meta é reunir o maior número de empresas para criar oportunidades de trabalho com parcerias, consórcios, sociedades e desenvolvimento de negócios nas áreas pública e privada. Torne-se um associado e faça parte da nossa comunidade.

 Cursos, palestras, seminários e workshops

 Assessoria Jurídica especializada

 Informes com Licitações

 Coworking e networking

A APeMEC atua em conjunto com o Crea-SP, ABNT, CBIC, APEOP, SindusCon, Seconci, Sinaenco, Instituto de Engenharia, Conselho Municipal de Habitação - SP e outros.

APeMEC

Associação de Pequenas e Médias Empresas
de Construção Civil do Estado de São Paulo